



Câmara Municipal de Anadia

ATA N.º 25/2022 EXECUTIVO 2021/2025

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

LOCAL: Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho

DATA: vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte e dois

INÍCIO: nove horas e trinta e nove minutos

TERMO: onze horas e cinquenta e um minutos

O EXECUTIVO É CONSTITUÍDO PELOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES:

PRESIDENTE: Maria Teresa Belém Correia Cardoso

VEREADORES: João José Nogueira de Almeida

Jorge Eduardo Ferreira Sampaio (em regime de tempo inteiro)

Jennifer Nunes Pereira (em regime de tempo inteiro)

Jorge António Tavares de São José

André Miguel Matos Beja Henriques

Lino Jorge Cerveira Pintado (em regime de tempo inteiro)

A Reunião foi secretariada pela Chefe de Divisão de Desenvolvimento Organizacional, Maria de Fátima Dourado Andrade dos Santos Azevedo.

---- Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal, eleita para o quadriénio dois mil e vinte e um/dois mil e vinte e cinco, nesta Cidade e Município de Anadia, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho.-----

---- Presidiu a vigésima quinta reunião, extraordinária, de dois mil e vinte e dois, do Executivo eleito para o quadriénio dois mil e vinte e um/dois mil e vinte e cinco a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Maria Teresa Belém Correia Cardoso, tendo comparecido os Senhores Vereadores, João José Nogueira de Almeida, Jorge Eduardo Ferreira Sampaio, Jennifer Nunes Pereira, Jorge António Tavares de São José, André Miguel Matos Beja Henriques, e Lino Jorge Cerveira Pintado.-----

---- Secretariou a reunião a Chefe de Divisão de Divisão de Desenvolvimento Organizacional, Maria de Fátima Dourado Andrade dos Santos Azevedo, coadjuvada pela trabalhadora, Eunice Alexandra Neves Jesus Lopes.-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi declarada aberta a reunião extraordinária quando eram nove horas e trinta e nove minutos.-----

ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA

---- **ASSUNTOS PARA RESOLUÇÃO:**-----

---- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:**-----

---- **PONTO ÚNICO. PROPOSTA DE ORÇAMENTO MUNICIPAL, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL PARA DOIS MIL E VINTE E TRÊS (2023):**-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para resolução, a proposta de Orçamento Municipal, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para o ano dois mil e vinte e três (2023), que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação, e se encontra anexa à minuta produzida.-----

---- O Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atualizada, estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.-----

---- O mencionado diploma legal, no seu artigo 33.º, define as competências materiais da Câmara Municipal, de entre as quais se encontra a de elaborar e submeter a aprovação da Assembleia Municipal as opções do plano e a proposta do orçamento, assim como as respetivas revisões, prevista na alínea c), do n.º I, do sobredito articulado.-----

---- O orçamento constitui um documento de caráter financeiro, e apresenta a previsão anual das receitas e das despesas, sendo elaborado de acordo com as regras previsionais constantes no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), e de acordo com a classificação económica regulada pelo Decreto-lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro (estabelece o regime jurídico dos códigos de classificação económica das receitas e das despesas públicas, bem como a estrutura das classificações orgânicas aplicáveis aos organismos que integram a administração central).-----

---- Atenta a competência acima mencionada, foi elaborado o Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano para os anos dois mil e vinte e três (2023) a dois mil e vinte e sete (2027), o qual apresenta os elementos previstos no artigo 46.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua versão atualizada, a saber:-----

----- - Relatório que contém a apresentação e fundamentação da política orçamental proposta;-----

----- - Mapa resumo das receitas e das despesas do Município de Anadia, previstas para o ano dois mil e vinte e três (2023);-----

----- - Mapa das receitas e das despesas desagregado segundo a classificação económica;-----

----- - Articulado com as normas orientadoras da execução orçamental;-----

----- - Mapa das entidades participadas pelo Município de Anadia;-----

----- - Responsabilidades contingentes;-----

----- - Mapa dos encargos com financiamento bancário.-----

----- Para além de cumprir a apresentação dos documentos supra identificados, o mencionado documento encontra-se, ainda, elaborado em conformidade com o quadro e código de contas estabelecidos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua versão atualizada, e, ainda, com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC – AP), aprovado pelo Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.-----

----- De harmonia com o previsto na alínea yy), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atualizada, compete à Câmara Municipal dar cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição. Tal competência encontra-se delegada na Presidente da Câmara Municipal, por deliberação tomada pelo Executivo Municipal, na sua primeira reunião do presente mandato, realizada no dia vinte e um (21) de outubro de dois mil e vinte e um (2021).-----

----- No exercício da competência que me é conferida pela alínea u), do n.º 1, do artigo 35.º, do mencionado diploma legal, promovi o cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição, conforme relatório que se encontra anexo à presente proposta.-----

----- Outrossim, o Mapa de Pessoal é um importantíssimo instrumento de gestão e de planeamento dos recursos humanos, previsto anualmente, que visa assegurar as necessidades resultantes das atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução no Município. Nessa qualidade, o Mapa de Pessoal é elaborado nos termos do artigo 29.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas), conjugado com o artigo 3.º, do Decreto-lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, e prevê os postos de trabalho necessários ao desenvolvimento das atividades das respetivas unidades e subunidades orgânicas.-----

----- A competência para aprovar o mapa de pessoal dos serviços municipais é cometida à Assembleia Municipal, e encontra-se consagrada na alínea o), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.-----

----- De harmonia com o exposto, a Senhora Presidente da Câmara Municipal propõe que o Executivo aprecie o documento anexo, que contempla o Orçamento Municipal, as Opções do Plano e o Mapa de Pessoal para o ano dois mil e vinte e três (2023), e delibere no sentido de o submeter à Assembleia Municipal para aprovação, em cumprimento do disposto, respetivamente, na alínea a) e na alínea o), ambas do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- Apreciado o assunto, o Executivo deliberou, por maioria, com os votos contra dos Senhores Vereadores do PSD, João Nogueira de Almeida e Jorge São José, e do Senhor Vereador do PS, André Henriques, aprovar a

proposta de Orçamento Municipal, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal do Município de Anadia, apresentada para o ano dois mil e vinte e três (2023), e remeter o documento à Assembleia Municipal para aprovação, em cumprimento do disposto, respetivamente, na alínea a) e na alínea o), ambas do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atualizada.-----

---- Os Senhores Vereadores do PSD, João Nogueira de Almeida e Jorge São José, apresentaram uma declaração de voto conjunta, e o Senhor Vereador do PS, André Henriques, também apresentou declaração de voto, encontrando-se ambas em anexo à presente minuta. Bem assim, a Senhora Vereadora, Jennifer Pereira, e o Senhor Vereador, Lino Pintado, ambos do MIAP, apresentaram declaração de voto, as quais se encontram igualmente apenas à presente minuta, tendo o Senhor Vereador do MIAP, Jorge Sampaio, declarado subscrever a declaração apresentada pelo Senhor Vereador Lino Pintado.-----

---- A proposta apresentada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, para além do Mapa de Pessoal para o ano dois mil e vinte e três (2023), é constituída pelos seguintes documentos previsionais: Grandes Opções do Plano, no montante total previsto para dois mil e vinte e três de dezasseis milhões, trezentos e noventa e dois mil, oitocentos e vinte euros (€ 16.392.820,00); Mapa de Receita, no montante total de trinta e um milhões, oitocentos e sessenta e um mil e setecentos euros (€ 31.861.700,00); Mapa da Despesa, no montante total de trinta e um milhões, oitocentos e sessenta e um mil e setecentos euros (€ 31.861.700,00), e Mapa Resumo da Despesa e da Receita, no montante total de trinta e um milhões, oitocentos e sessenta e um mil e setecentos euros (€ 31.861.700,00).-----

---- No período de apreciação e discussão do assunto correspondente ao ponto um, a Senhora Presidente da Câmara Municipal introduziu o tema, reportando-se ao texto vertido no Enquadramento Estratégico, subscrito pela própria, que integra o documento com a designação Orçamento Municipal, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para o ano dois mil e vinte e três (2023), e que disse explicar, de uma forma genérica, aquilo que são as opções e sobretudo os maiores investimentos, tendo feito, a terminar a sua intervenção introdutória, uma breve alusão ao Mapa de Pessoal para o próximo ano. Não deixou, contudo, de sublinhar que o documento tem em consideração o equilíbrio orçamental que se impõe, cumprindo da Lei das Finanças Locais.-----

---- Concluída a introdução, a Senhora Presidente da Câmara Municipal deu a palavra à Senhora e aos Senhores Vereadores para se pronunciarem sobre a proposta de Orçamento Municipal, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para dois mil e vinte e três em apreciação.-----

---- Para a primeira intervenção no período de discussão e apreciação da mencionada proposta, tomou a palavra o Senhor Vereador do PS, André Henriques, para apresentar algumas questões, umas mais técnicas, mas também para tecer alguns comentários.-----

---- Sobre as transferências para as Freguesias, solicitou à Senhora Presidente para confirmar se a verba inscrita tinha um reforço de apenas dezasseis mil euros, em comparação com o exercício anterior, comentando que lhe parecia muito reduzida para um ano inteiro, e para dez Freguesias, tendo em conta a atual conjuntura.-----

---- Entretanto, aproveitou para aplaudir a intervenção no Museu do Vinho Bairrada, que reputou de necessária, volvidos dezoito anos da abertura daquele equipamento museológico municipal, e interpelou a Senhora Presidente da Câmara Municipal quanto à possibilidade de detalhar um pouco o que estaria previsto no âmbito da intervenção, uma vez que a verba inscrita lhe parecia reduzida.-----

---- Congratulando-se com o investimento previsto para o Parque Escolar Municipal, disse que gostaria de perceber um pouco mais sobre o significado da afirmação constante do documento, de criar melhores condições para os Jardins de Infância da Poutena e de Tamengos.-----

---- Ainda sobre a temática Parque Escolar, reforçou a necessidade de construção de um telheiro no Centro Escolar de Arcos e questionou a Senhora Presidente da Câmara Municipal sobre a sua concretização em dois mil e vinte e três, fazendo, ainda, menção à EB 2/3 de Vilarinho do Bairro, para perguntar se aquele equipamento seria objeto de intervenção no ano seguinte, e se essa intervenção só avançaria depois de aprovada a candidatura a fundos comunitários, ou se poderia avançar sem esse apoio e mais tarde recolher alguma verba desses fundos.---

---- Quanto à instalação do Fablab, mencionada nos três últimos exercícios, questionou se estaria finalizada, ou o que estaria previsto para dois mil e vinte e três.-----

---- Perguntou, ainda, se estaria prevista alguma iniciativa em termos de orçamentos participativos para dois mil e vinte e três.-----

---- Com referência ao setor das águas, observou que em dois mil e vinte e três se mantinha o registo dos três anos anteriores, com investimento em diferentes rubricas de água, mas disse que esperaria uma verba superior relativamente a dois mil e vinte e dois, atendendo ao problema que ocorreu no presente ano. Assim, perguntou à Senhora Presidente se existiria algum plano, porque desde dois mil e vinte iam sendo feitas intervenções diversas nas redes, nos equipamentos, e os valores de perdas não baixavam. Entretanto, disse pretender saber, também, se estaria previsto, no orçamento em apreciação, algum aumento da tarifa de água e da tarifa de saneamento no próximo ano.-----

---- Em matéria de apoios sociais, questionou a Senhora Presidente se a proposta de orçamento preconizaria algum ajuste dos valores unitários desses apoios, ou, não preconizando, se existiria margem, ao longo do ano, ou logo no início, para atualizar esses valores.-----

---- Constatando a menção a um reforço de verba para as IPSS, o Senhor Vereador do PS disse que gostaria de perceber qual o montante em causa.-----

---- Relativamente ao CROAC, tentou perceber se, para além da expansão, estaria prevista alguma atividade diferente em termos da esterilização dos animais, ou algum plano de promoção da adoção.-----

---- A respeito da rubrica Habitação, questionou se estaria previsto lançar alguma semente para estratégias de habitação diferentes da preconizada pela Estratégia Local de Habitação.-----

---- E, por fim, em comentário à intervenção em equipamentos desportivos, considerou que a verba lhe parecia reduzida, tendo em conta algumas necessidades, nomeadamente as condições das instalações do Azenha.-----

---- Reportando-se às questões expostas pelo Senhor Vereador do PS, André Henriques, e em resposta às mesmas, a Senhora Presidente da Câmara Municipal começou por dizer que a intervenção do Senhor Vereador tinha versado, basicamente, sobre despesas de capital. E, em oportunidade, recordou o valor das transferências de Estado, de aproximadamente dez milhões de euros, as quais teriam de ser apreciadas em conjugação com o Fundo de Descentralização, e bem assim com a verba a afetar a despesas com pessoal, que aumentou para um montante aproximado de sete milhões, em resultado da integração, no quadro do Município de Anadia, do pessoal que transitou das escolas. Reportando-se às despesas com pessoal, constatou que nas mesmas já se encontrava inscrito um incremento, para o ano dois mil e vinte e três, em resultado do aumento previsto de

quatro por cento nos vencimentos, para além do subsídio de penosidade já pago pelo Município. Assim, e apenas na parte do pessoal, notou o valor significativo afeto, o qual, em conjugação com a questão da energia, com os combustíveis, imporia uma margem ou um reforço de outra rubrica para realizar investimentos, na medida em que o montante proveniente das transferências de Estado não era suficiente, sequer, para compensar as componentes ligadas apenas ao pessoal, a energia e a combustíveis.-----

---- A Senhora Presidente da Câmara Municipal aproveitou, entretanto, para destacar o montante significativo que não se espelhava nos valores inscritos em orçamento, mas que o Município teria de suportar, em conjunto com todas as outras despesas, e que consubstanciava as importâncias correspondentes à devolução aos municíipes de alguma da receita em impostos, a apoios sociais concedidos, e a apoios na redução de valores em faturas de água, ou o montante abdicado pelo Município em resultado da aplicação do cálculo de acordo com o escalão médio, e que se traduz em benefício para os municíipes, acrescido do peso significativo da ação social escolar, com refeições e com as Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF). Sem esquecer, complementou, todos os apoios sociais consagrados no Regulamento Geral de Ação Social, e os apoios entretanto inscritos e que resultam da entrada em vigor dos regulamentos na área do empreendedorismo. Assim, e em conclusão, sublinhou todo um conjunto de verbas afetas a determinadas rubricas, mas que não são destinadas a investimento, como obras, que têm possibilidade de enquadramento e de apoios em outros fundos comunitários, mas que se não tiverem contratos de financiamento acabam por não se encontrar espelhadas no orçamento, apesar de terem rubricas abertas.-----

---- Fazendo uma breve alusão às transferências do Estado para o ano seguinte, a Senhora Presidente afirmou que o valor elencado para dois mil e vinte e três no orçamento do Município de Anadia para as Freguesias foi concertado com os Presidentes de Junta, verificando-se um incremento de dezoito mil euros, para além das transferências de Estado, que resulta em um reforço de verbas, distribuído por todas. Porém, acrescentou que em matéria de transferências do FEF se constata que existem três Freguesias com um decréscimo: Avelãs de Caminho, União das Freguesias de Amoreira da Gândara, Paredes do Bairro e Ancas e União das Freguesias de Tamengos, Aguiim e Óis do Bairro. Em resultado, explicou a distribuição a aplicar em dois mil e vinte e três, e concertada com os Presidentes de Junta, no que a acordos de execução e protocolos de reforço da capacidade financeira respeita, em coerência com o critério aplicado pelo Estado em matéria de transferência de verbas para as Freguesias.-----

---- Passando a responder à questão relativa à intervenção no Museu do Vinho Bairrada, a Senhora Presidente da Câmara Municipal recordou que o Museu completaria, em dois mil e vinte e três, vinte anos. Reconhecendo que a intervenção se impunha há algum tempo, transmitiu que a maioria no Executivo entendeu ser a oportunidade para a concretizar, daí o Município se propor avançar com os recursos próprios. Porém, antecipou que vislumbrando-se a oportunidade de o Município candidatar a intervenção, nomeadamente ao 2030 que dispõe de apoios para requalificação de edifícios culturais, assim o faria, intervenção essa, explicou, que seria concretizada ao nível dos equipamentos de climatização, da qualidade do ar, dos audiovisuais, da pintura interior e exterior do edifício, e arranjo dos pátios interiores e dos pavimentos, entre outros trabalhos. Em conclusão, disse haver um conjunto de trabalhos a realizar no Museu do Vinho Bairrada, que seria concretizado em um ou dois anos, consoante a possibilidade, ainda que remota, de o Município candidatar a intervenção.-----

---- Com referência ao Parque Escolar, afirmou que os Jardins de Infância da Poutena e de Tamengos constituem-se como as duas prioridades inscritas no orçamento municipal para dois mil e vinte e três. O Jardim de Infância da Poutena pelo facto de funcionar em espaço cedido pelo Centro Social Cultural e Recreativo de Poutena, e de ser, de entre todos os Jardins de Infância da rede pública, aquele que funciona em condições de espaço menos conseguidas. Não obstante, complementou, conta, no presente ano letivo, com um incremento no número de crianças, pelo que salientou que importaria pensar em uma requalificação dos espaços, ou em um edifício novo, atendendo à localização, à procura e ao equilíbrio com a própria instituição.-----

---- No que respeita ao Jardim de Infância de Tamengos, que funciona nas instalações da Junta de Freguesia de Tamengos, por falta de espaço no Centro Escolar de Tamengos, referiu não ter sido esse o conceito que presidiu aquando da construção do Centro Escolar de Tamengos. Mas, uma vez que as quatro salas do Centro Escolar foram rapidamente ocupadas com o primeiro ciclo, foi recuperada a solução do edifício da Junta de Freguesia. Assim, transmitiu que a expectativa da maioria no Executivo é que existam fundos para comparticipar uma ampliação do Centro Escolar de Tamengos, que possa permitir o acolhimento da valência do pré escolar.-----

---- No atinente ao telheiro no Centro Escolar de Arcos, a Senhora Presidente informou não dispor de data para a sua construção, e reiterou não ser viável a sua execução nas condições propostas. Contudo, antecipou a existência, sim, de algumas intervenções urgentes a fazer naquele estabelecimento de ensino, que passam pela retirada do parque infantil, pela regularização do pavimento do lado do parque infantil, pela execução de um passeio contíguo às salas de aula, na parte de trás do edifício, e pela consequente instalação de um novo parque infantil.-----

---- Quanto à intervenção na Escola Básica de Vilarinho do Bairro, afirmou que a mesma seria realizada, tendo adiantado, desde logo, que o projeto se encontrava praticamente concluído. Ainda assim, disse que não arriscaria qualquer data para o início da intervenção, na medida em que a mesma seria objeto de candidatura aos fundos comunitários, concluindo que o propósito da maioria no Executivo seria entrar na primeira fase e responder ao Anúncio que tinha aberto precisamente no dia anterior.-----

---- Na prossecução da intervenção em resposta às questões apresentadas pelo Senhor Vereador do PS, e com respeito à instalação do Fablab, no Curia Tecnoparque, a Senhora Presidente confirmou que os valores eram meramente indicativos, e que não existia afetação na receita pelo facto de não existir ainda candidatura. Como iriam avançar com a execução, acrescentou que para ter mérito teriam de fazer determinado tipo de intervenções, indo ao encontro daquilo que se demonstraria exigível. Antecipou, ainda, que o Município já dispunha de equipamento para o Fablab, o qual se encontra arrecadado no Curia Tecnoparque, e que o objetivo seria colocar o Fablab, em definitivo, a funcionar no edifício redondo, designado Espaço População Ativa, ainda que com a inerente dificuldade na elaboração do projeto, e em encontrar orçamentos, para além de se impor perceber quem tem possibilidade de executar aquele tipo de obra, atendendo às diversas patologias que o mencionado edifício apresenta. Não obstante as duas intervenções já levadas a efeito no edifício, afirmou que se impunha uma nova intervenção, de forma a dotar o edifício de melhores condições para reunir o enquadramento com os equipamentos adquiridos, adaptando os espaços do rés do chão para instalação do Fablab e de um outro conjunto de serviços.-----

---- Entretanto, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, confirmou que a questão do orçamento participativo

dois mil e vinte e três não fazia parte do documento em apreciação, e adiantou não poder afirmar da capacidade de o integrar e dotar das necessárias verbas, mais tarde, em sede de revisão orçamental, em função das prioridades definidas até lá, atendendo, outrossim, à necessidade absoluta de aproveitar os fundos do PRR, de aproveitar, ainda, o 2020, e estando com atenção, para o futuro, ao Portugal 2030.-----

---- Em resposta à questão do abastecimento de água, uma rubrica com uma verba afeta de aproximadamente um milhão de euros, a Senhora Presidente explicou que, ainda que gostassem de inscrever uma verba superior, aquela que constava do documento em apreciação seria destinada à empreitada em curso em Avelas de Caminho, que transitou para dois mil e vinte e três. Logo, afirmou que se impunha a necessidade de dotação no respetivo exercício. Acrescentou, ainda, que, à mesma, acrescem outros investimentos propostos pelo Município de Anadia à ERSAR, de acordo com as prioridades definidas em função da vida útil das próprias redes e das necessidades constatadas, nomeadamente a substituição da rede na rua da Misericórdia, na cidade de Anadia, em dois arruamentos em Sangalhos (rua do Serrado e rua do Canto) onde se imporia, igualmente, a substituição da rede de águas, na rua do Cabecinho e no que falta no Bairro Mira Crasto, na localidade de Alféloas, e em Aguim.-----

---- Continuando, assegurou que o Plano de Controlo de Água se iria manter, e quanto ao controlo das perdas referiu que este tinha sofrido um *upgrade* da informação relativamente ao projeto implementado, pelo que antecipou que o mesmo teria de ser necessariamente reforçado. Em oportunidade, deu ainda a conhecer da necessidade de construção de uma nova captação de água. E, relativamente ao abastecimento de água, aproveitou para dizer que, no momento, não existiam candidaturas abertas, pelo que provavelmente entraria na contratualização, ou seja, na estratégia desenhada, ficando afeto à distribuição de fundos nas diversas Comunidades Intermunicipais. E, nessa constatação, concluiu que o interesse passaria por coartar os Municípios com gestão autónoma da possibilidade de recorrer aos fundos comunitários.-----

---- Com referência à questão do aumento de tarifário de água e de saneamento, a Senhora Presidente acrescentou a componente dos resíduos sólidos, que não tinha sido mencionada pelo Senhor Vereador. E, a propósito, falou da proposta apresentada à ERSAR, no prazo estabelecido de quinze de outubro, que ainda aguardava o respetivo parecer daquela entidade reguladora, recordando, contudo, que as orientações da ERSAR passam pelo ajustamento e pela aproximação, o mais possível, aos preços praticados pelos diversos Municípios. Para além da recomendação da ERSAR, no sentido de proceder a ajustamentos em termos de água, de saneamento e de lixos, recordou os custos acrescidos para o Município, em dois mil e vinte e três, com energia na água e no tratamento dos efluentes provenientes do saneamento, com as adutoras, com os sistemas de criação de pressão, e bem assim com o incremento dos transportes, em termos dos combustíveis. Em conclusão, referiu que a gestão de água, saneamento e lixos tem encargos significativos, superiores aos anos anteriores, em termos de energia e de combustíveis, e adiantou que o Município teria de garantir o equilíbrio e a sustentabilidade definidos pela ERSAR, ainda que fique muito abaixo daquilo que preconiza. Desconhecendo, ainda, o parecer da ERSAR, como referido, rematou que o ajustamento do Município seria obrigatório, pelos encargos e pela imposição da ERSAR.-----

---- Dando continuidade à sua intervenção, e reportando-se à questão do ajustamento dos apoios sociais, a Senhora Presidente notou que, em dois mil e vinte e dois, se em algumas dotações o Município ficaria aquém das inscritas no início do ano, por outro lado, na medida Benefício de Incentivo à Natalidade tinha ocorrido um

incremento substancial dos apoios. Reforçou, entretanto, que sempre que se impusesse, fariam o ajustamento e o necessário reforço, em função das candidaturas apresentadas, não deixando de conceder os apoios necessários, sublinhou a terminar o tema.-----

---- Sobre o reforço de transferências para as IPSS, a Senhora Presidente a Câmara Municipal recordou que o Município concretiza dois tipos de transferências para estas Instituições: no âmbito do ensino, com enquadramento em acordos com as IPSS, no acompanhamento das AAAF, das refeições, do empratamento, e também nos transportes; e, para além disso, em apoios extraordinários, entendidos como possíveis em sede de orçamento municipal, e destinados a colaborar na gestão das IPSS e nos seus investimentos, em função das propostas apresentadas para diversas finalidades, enquadradas no programa municipal em vigor.-----

---- A propósito do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia (CROAC), a Senhora Presidente reforçou que, perante as necessidades, se impõe um alargamento do Centro, porque as instalações atuais se encontram ocupadas. Sublinhou, ainda, que vinha sendo feito caminho em termos de esterilização, no diálogo com as Associações próximas, e que também promovem a recolha dos animais, e bem assim com os centros de recolha igualmente próximos. Aproveitou, outrossim, para antecipar que em próxima reunião seria presente ao Executivo Municipal uma nova campanha de identificação e de esterilização de animais de companhia, que se revela de vital necessidade perante a impossibilidade de recolha de tantos animais, e que acompanha a campanha de adoção promovida.-----

---- No que à Estratégia Local de Habitação respeita, reiterou que o Município tinha um contrato de financiamento, e antecipou que em próxima reunião seria presente uma proposta para abertura de procedimento. Sobre outro tipo de habitação, disse tratar-se de algo em que os serviços estariam a trabalhar, no sentido de disponibilizar terrenos de forma a possibilitar a construção da parte dos agentes imobiliários, com outras supostas vantagens em termos de investimento, mas também com a faculdade de encontrar enquadramento no âmbito dos apoios para outro tipo de construção, nomeadamente a habitação a custos controlados.-----

---- Em resposta à questão das intervenções em instalações desportivas, recordou que aquelas que se encontram elencadas como prioridades respeitam a equipamentos propriedade do Município de Anadia. Todas as outras Associações, e não apenas o Azenha, complementou, teriam de se candidatar aos apoios previstos no âmbito dos Programas de Apoio em vigor. Em oportunidade, e à semelhança do apoio já concedido para intervenção no Pavilhão Desportivo de Sangalhos, deu conta da colaboração prevista para a intervenção de substituição da cobertura do Pavilhão Municipal de Vila Nova de Monsarros, a qual foi objeto de candidatura apresentada pela Associação Desportiva e Cultural de Vila Nova de Monsarros, e relativamente à qual o Município de Anadia assumiria a diferença do valor, rematou.-----

---- A terminar a sua intervenção, a Senhora Presidente da Câmara Municipal lançou um repto aos Vereadores da oposição, perante a proposta apresentada, no sentido de dizerem em que rubricas deveriam retirar para reforçar outras.-----

---- Concretizadas as respostas dadas pela Senhora Presidente às questões expostas pelo Senhor Vereador do PS, André Henriques, interveio o Senhor Vereador do PSD, João Nogueira de Almeida, que começou por dizer que a apreciação do PSD seria de carácter político. Sublinhando tratar-se do orçamento do MIAP, delineado pelo

MIAP e que o responsabiliza, até porque a participação da oposição se tinha limitado a ser ouvida sobre as propostas do orçamento, afirmou que, nessa medida, o documento consubstancia as escolhas do MIAP, diferentes das do PSD, até porque, e a título de exemplo, o PSD não gastaria aqueles valores a contratar artistas para a Feira da Vinha e do Vinho realizada em dois mil e vinte e um, e não teria gasto tanto dinheiro em iluminação de Natal no presente ano, complementou.

---- Destacou, entretanto, uma medida positiva, a proposta para a construção do centro de recolha de resíduos, a qual observou que também fazia parte do programa eleitoral do PSD.

---- Em resultado da apreciação, o Senhor Vereador transmitiu não ter detetado no orçamento qualquer verba significativa para qualificação dos funcionários. Por outro lado, referiu que o orçamento apresentado, que disse vir na linha dos anteriores, o que não constituía surpresa, consubstancia um documento financeiro, mas fundamentalmente um documento político e de autorização, razão que levaria a que o PSD tivesse o mesmo tipo de apreciação do ano anterior.

---- Afirmou, ainda, não ser um documento estratégico que esteja ao serviço de uma estratégia delineada, na medida em que não vislumbravam no documento algo de longo prazo. E, a finalizar a sua intervenção, o Senhor Vereador manifestou que o PSD não se sentia confortável em votar e ficar associado a um documento com o qual não concorda, tendo de se solidarizar quando não participa na elaboração, rematou.

---- A Senhora Presidente da Câmara Municipal, em comentário às observações feitas pelo Senhor Vereador do PSD, João Nogueira de Almeida, confirmou que o orçamento era do MIAP, mas a partir do momento em que fosse aprovado, passaria a ser de todos.

---- Relativamente à formação, informou que o Município de Anadia tem ao seu dispor, assim, como os outros, uma ação especial de formação na Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, vertida em uma calendarização, cabendo às autarquias fazer a devida escolha e consequente inscrição, assumindo, assim, as despesas com a deslocação e eventuais ajudas de custo dos trabalhadores. Acresce a essa situação, complementou, a participação de trabalhadores em outras formações que oportunamente vão surgindo, sublinhando que o Município não se encontra atido ao plano da Comunidade Intermunicipal. Em conclusão, afirmou da existência de diversas ações de formação que vão acontecendo, mas que não se encontram espelhadas no documento.

---- Comentou, ainda, a questão da estratégia, referindo que, no âmbito da Comunidade Intermunicipal, qualquer candidatura que pretendam apresentar a fundos comunitários implica a existência de uma estratégia, para posterior distribuição dos fundos pelos Municípios. Reconhecendo que a estratégia e os planos têm de existir, não deixou de observar que perante as evidências dos últimos anos, impõe-se muita prudência, de forma a evitar surpresas menos positivas, ao que acresce a descentralização, com as inerentes variações e reduzida concretização na estratégia delineada para essa matéria.

---- Votada a proposta de Orçamento Municipal, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para o ano dois mil e vinte e três (2023), o Senhor Vereador do MIAP, Lino Pintado, passou a apresentar uma declaração de voto, a qual se encontra apenas à minuta produzida, e que se dá por transcrita na íntegra:

---- “Estes documentos provisionais correspondentes ao orçamento do Município de Anadia para o ano 2023, apresentados pela maioria do Movimento Independente Anadia Primeiro no executivo e que agora assentam no

cumprimento da estratégia delineada para o mandato 2021/2025, reforçam e aprofundam um caminho traçado há 9 anos atrás e que, apesar dos vários obstáculos encontrados, se demonstra cada vez mais consolidado e afirmativo.-----

---- Ultrapassado um inesperado contexto de pandemia com a responsabilidade social que o momento impunha, novas adversidades, que encaramos como desafios, vieram exortar a nossa capacidade de ajustamento e adequação à realidade imposta sem que para tal fosse necessário alterar a substância do rumo escolhido. Refiro-me a um desequilibrado e descompensado processo de descentralização, que nos empurra competências sem a necessária correspondência financeira para os encargos que daí decorrem. Refiro-me também a uma instabilidade internacional e macroeconómica, com a origem que todos conhecemos, e que provocou, entre outros problemas, um aumento descontrolado do preço da energia com o consequente impacto na nossa despesa corrente.-----

---- Uma forte determinação e responsabilidade, consubstanciadas numa gestão rigorosa, equilibrada e de bom senso, e muito traduzida na otimização máxima das oportunidades que se revelam de interesse para o Município, confirmam as características que marcam a gestão orçamental preconizada pela Senhora Presidente e que dão a resposta adequada aos desafios supra enunciados.-----

---- Quanto à análise mais concreta e detalhada deste documento, os números são claros e falam por si, traduzindo e confirmando a análise política supra exposta. Não deixo, no entanto, e em traços gerais, de tecer algumas breves notas realçando alguns dos pontos mais relevantes.-----

---- Não sem antes deixar de registar a excelência da apresentação do documento, congratulando os técnicos que contribuíram na sua elaboração, na pessoa do Dr. João Paulo Anjos, pela sua clareza e enquadramento.-----

---- Assim, e no que concerne aos impostos municipais, convém lembrar que mantivemos as taxas nos mínimos, ou em patamares abaixo dos máximos previstos por lei, traduzindo bem a preocupação com o nível de vida dos nossos municíipes, mas também em atrair investimento privado para o Concelho. O executivo deliberou a manutenção da taxa de 3% na participação no IRS, representando uma redução estimada da receita na ordem dos 521.962 euros. No que respeita ao IMI, mantém-se as taxas abaixo dos limites máximos estabelecidos por lei, mantendo-se também a dedução fixa em imóveis destinados a habitação própria e permanente, em função do número de dependentes a cargo, o que traduz a atribuição de um benefício fiscal na ordem dos 56.850 euros. Quanto à derrama, imposto que incide sobre o lucro tributável das empresas, foi a mesma fixada em 0,5% em vez da taxa máxima de 1,5%, o que se traduzirá num benefício fiscal para as empresas sediadas no Concelho de Anadia.-----

---- Analisando as GOP, verifica-se que Orçamento para o ano 2023 é uma vez mais bastante abrangente, sendo elencados recursos financeiros em diversas áreas: as funções Administração Geral (12%), Indústria e Energia (15%), Serviços Auxiliares de Ensino (11%), Abastecimento de água (9%), Transportes Rodoviários (7%), Transferências entre Administrações (6%), Saúde (5%), Proteção Meio Ambiente e Natureza e Resíduos Sólidos (10%) e a Cultura, são as com maiores dotações.-----

---- As GOP para 2023 preveem um forte investimento nas zonas industriais no concelho, nomeadamente na de Amoreira da Gândara e a do Vale Salgueiro, que terá continuação no ano de 2024. Apesar da escalada da inflação, da subida dos juros e do preço da energia que podem levar mesmo a uma recessão económica, saliente-se esta

aposta do executivo municipal na criação de infraestruturas que permitam captar investimento privado para o Concelho de Anadia e assim potenciar o seu desenvolvimento económico e aumento da atratividade para a fixação de população. As funções Económicas assumem cerca de 26,5% do investimento previsto nas GOP.-----

----- Interligado com este objetivo, temos a continuação da dotação de verbas para as bolsas de estudo no ensino superior, e também as bolsas de estágios nas empresas, as bolsas de doutoramento e os apoios para a criação, instalação e modernização de negócios, comerciais, industriais ou de serviços.-----

---- As funções sociais representam cerca de 52,40%. Na ação social escolar, as maiores verbas referem-se aos encargos com as refeições dos alunos, do transporte escolar e apoio na atividade escolar e nas atividades de enriquecimento escolar. Na Educação, está prevista a conclusão da requalificação da Escola da Moita, bem como melhoramentos de jardins de infância, e a requalificação da EB 2/3 de Vilarinho do Bairro.-----

---- Na Saúde, o maior investimento refere-se à conclusão da obra de requalificação do Centro de Saúde de Anadia, objeto de candidatura ao Plano de Recuperação e Resiliência, bem como de algumas intervenções de melhoria noutros locais de prestação de serviços de saúde às populações.-----

---- A Ação Social tem um aumento de verba relativamente ao ano anterior, contemplando os diversos apoios sociais a conceder às famílias mais carenciadas do nosso concelho de modo a abranger os agregados mais carenciados. Também se dá continuidade ao apoio as IPSS, valorizando o seu importante serviço junto das populações. No que respeita à Estratégia Local de Habitação, encontra-se prevista verba para o início já em 2023 da construção de 16 fogos na Quinta do Rangel, em Ancas.-----

---- Nos resíduos sólidos, para além do valor para custear os encargos com a sua recolha, encontram-se previstas dotações para a conclusão dos investimentos, no âmbito da candidatura ao POSEUR, “Anadia Valoriza+ Biorresíduos” e para o respetivo início do programa de recolha. Encontra-se igualmente dotada a rubrica para a construção da 1ª fase da construção do Eco Centro. Destaque também na proteção do meio ambiente para a dotação prevista para a fundamental requalificação ambiental e paisagística do Monte Crasto.-----

---- No Desporto, e para além da continuação do importante e decisivo apoio às associações desportivas, estão previstos também importantes investimentos em infraestruturas municipais, infraestruturas essas que estão também ao serviço das associações.-----

---- As transferências para as Juntas de Freguesia têm um ligeiro incremento orçamental, traduzindo-se em mais apoios para a sua atividade corrente e para a realização dos seus investimentos.-----

---- De referir, ainda, que o Município de Anadia mantém intacta a sua capacidade de endividamento, e também mantém a um nível muito baixo e controlado os seus encargos, nomeadamente com os juros.-----

---- E assim continuamos a envolver a comunidade e a aproximar as pessoas às instituições. Assim continuamos a fomentar o espírito de cidadania, a coesão social e a igualdade de oportunidades. Assim continuamos a priorizar a cultura, a proteção do meio ambiente, a educação, o desenvolvimento económico e uma ação social que promove a igualdade de oportunidades entre as nossas crianças, cuida dos mais velhos e abre horizontes para os mais jovens. Assim continuamos a promover as referências que nos conferem identidade e que consolidam Anadia como um Município de Desporto, promotor de saúde e bem-estar. Assim continuamos a cumprir o desígnio de não deixarmos ninguém para trás sem que para isso precisemos de recuar noutros objetivos considerados importantes para a promoção e desenvolvimento do nosso território. E assim vamos continuar, e

vamos continuar percebendo também cada vez mais e melhor quem vem por bem e quem não vem. Quem vem para acrescentar e construir e quem vem apenas para tentar denegrir e derrubar.

---- Resumindo, temos mais um documento que consubstancia um instrumento equilibrado e coerente. Que combate as adversidades com rigor e inteligência e reflete uma gestão política e financeira, clara, transparente e sustentável, sempre em cumprimento dos princípios e valores a que nos propusemos.

---- É, portanto, mais um orçamento que me orgulha, porque consolida e reforça o caminho traçado, enfrentando com resiliência e esperança os desafios da atualidade, e interpretando os sinais dos tempos com uma visão de futuro.

---- Pelas razões aduzidas, o meu voto só pode ser favorável.”

---- De igual modo, a Senhora Vereadora do MIAP, Jennifer Pereira, passou, de seguida, a apresentar a sua declaração de voto, a qual se encontra igualmente apensa à minuta produzida, cujo teor se passa a transcrever na íntegra:

---- “Esta proposta de orçamento apresentada pela Senhora Presidente mostra-se como um orçamento racional, equilibrado e realista, e enquadra-se nas linhas estratégicas definidas para o mandato 2021/2025 pelo Movimento Independente Anadia Primeiro.

---- Neste ano civil, mais concretamente em abril, ocorreu a transferência de competências na área da educação, que se refletiu, já no orçamento deste ano, mas de forma negativa. Os valores transferidos para o Município são manifestamente deficitários face aos compromissos assumidos para assegurar o fornecimento dos serviços de refeições escolares, transportes especiais e atividades de enriquecimento escolar, além do aumento exponencial dos custos com energia e gás.

---- As restantes competências, ainda em processo de assunção, são a saúde e ação social. No que a esta última diz respeito, o diploma publicado dita que, a 01 de janeiro de 2023, automaticamente se transferem essas competências para o Município, passando a ser da nossa responsabilidade o atendimento e acompanhamento social de todos os municípios deste concelho. Mais uma vez, os valores que estão plasmados no diploma legal são largamente insuficientes para os recursos humanos e/ou mesmo os meios financeiros e técnicos necessários para as competências impostas.

---- Assim, é mais que evidente que o aumento do orçamento face a 2022 é claramente por via da delegação de competências em curso.

---- Em 2023, as **Funções Sociais** continuam a ter a maior dotação orçamental, alcançando um montante de 8,590 milhões de euros, representando cerca de 52,40% do investimento previsto nas GOP (68,51% em 2022). Apesar do menor peso percentual nas GOP 2023, o valor orçamentado é claramente superior ao do ano 2022, verificando-se um incremento de 0,856 milhões de euros, ou, em termos percentuais, um acréscimo de 11,06%, demonstrando bem a preocupação deste Executivo Municipal em apoiar as diversas vertentes sociais que são da sua competência.

---- Na área da Educação, as rubricas **Ensino Não Superior** e **Serviços Auxiliares de Ensino**, no seu conjunto, atingem o montante de 1,962 milhões de euros, estando aqui incluída a conclusão da requalificação da Escola da Moita, bem como as requalificações da EB 2/3 de Vilarinho do Bairro e dos Jardins de Infância da Poutena e de Tamengos. Destacam-se nestas rubricas o elevado valor da dotação destinada às refeições escolares

a prestar a todo o universo estudantil da rede pública de ensino, os transportes escolares, os protocolos com as IPSS e Associações do Concelho, os apoios sociais escolares, bem como a atribuição de bolsas de estudo ao ensino superior.-----

---- Na área da **Saúde**, encontra-se inscrita a verba de 0,818 milhões de euros, prevista para a conclusão da requalificação do Centro de Saúde de Anadia, para a instalação de equipamentos de climatização nas extensões de saúde de São Lourenço e Vilarinho do Bairro, e para o início do projeto de requalificação da extensão de saúde de Sangalhos. Todos estes investimentos procuram criar condições de acesso à saúde com maior qualidade e conforto, quer para os utentes, quer para funcionários e prestadores de cuidados de saúde.-----

---- Ao nível da **Ação Social**, inscreve-se nas GOP 2023 o montante de 0,348 milhões de euros, verificando-se um incremento relativamente ao ano anterior, onde se enquadram os apoios no âmbito social às famílias, ao abrigo do Regulamento Geral de Ação Social do Município de Anadia, bem como as verbas destinadas a apoiar as coletividades e associações de caráter social nas suas atividades e investimentos. Inclui-se ainda uma verba destinada a subsídios eventuais, no âmbito das transferências de competências e do fundo de descentralização.----

---- No que respeita à **Habitação**, esta rubrica atinge os 0,550 milhões de euros, destinando-se ao início da empreitada de construção de 16 fogos na Quinta do Rangel, em Ancas, no âmbito da Estratégia Local de Habitação.-----

---- Uma nota final para referir que nas **Funções Económicas** encontra-se previsto o funcionamento regular da Universidade Sénior da Curia, sita no Curia Tecnoparque, tendo sido reforçada a oferta curricular, assumindo-se como um serviço de excelência ao dispor da população sénior do Concelho e da Região, e que revela a constante preocupação deste executivo do MIAP respeitante à formação ao longo da vida.-----

---- Por todo o rigor apresentado nesta proposta de orçamento, e por, mais uma vez, reforçar que é um orçamento realista, pois tem em conta verdadeiramente que a nossa capacidade financeira tem limites, **o meu voto é favorável.**-----

---- No seguimento da intervenção concretizada pela Senhora Vereadora do MIAP, Jennifer Pereira, tomou a palavra o Senhor Vereador do PS, André Henriques, para apresentar a sua declaração de voto, que se encontra apensa à minuta produzida, e cujo teor passa a ser reproduzido na íntegra:-----

---- “Sobre o Ponto I – proposta de orçamento Municipal, GOP e Mapa de Pessoal para 2023: Voto contra.-----

---- Concluído um ano completo da gestão MIAP e ultrapassada que está a situação pandémica, aproximamo-nos de 2023 sem desculpas para cumprir as competências que CM deve ter para com os seus cidadãos. Sobre o orçamento para 2023 em si o mesmo não tem qualquer alteração à linha e projecto político do MIAP.-----

---- Como pontos positivos realçamos:-----

---- - Os investimentos nas infraestruturas de educação e Museu do Vinho Bairrada;-----

---- - A intervenção nos equipamentos de saúde, nomeadamente ao nível dos centros de saúde, sendo que as verbas destinadas aos CS de Sangalhos, Vilarinho e S. Lourenço são muito baixas;-----

---- - A construção da rotunda no IC 2 em Aguiim, cujo mérito é única e exclusivamente do grupo de cidadãos que colocaram este assunto na agenda.-----

---- Como ponto com muitas reservas e interrogações realçamos:-----

---- - A água. A água continua a merecer muitas interrogações pois os dados mostram que em 2020 investiu-se

qualquer coisa na rede de águas, em 2021 noutras rubricas da água, em 2022 noutras diferentes e em 2023 continua-se, dando a sensação de se estar a fazer experiências e tentativas de resolver um grave problema latente. Digo isto suportado nos valores de perdas de água que pese embora todos estes investimentos, simplesmente não baixam... Não basta despejar dinheiro em cima da rúbrica água. Tem que haver um plano, que seja credível. Não se pode investir mais de 1 milhão de euros em 2023 na rede de águas e nos anos seguintes essa verba cai para metade sem um plano, sem explicação e sobretudo sem resultados.-----

---- Como pontos para reflectir deixamos novamente algumas verbas, grandes e pequenas:-----

---- Nas grandes verbas:-----

---- - A continuação do erro da intervenção no monte crasto que vai consumir mais 500.000 €;-----

---- - A ampliação do CROAC com mais 75.000 € tem que ser acompanhada com fortes campanhas com vista à adopção e esterilização dos animais residentes no centro.-----

---- E nas pequenas verbas:-----

---- - 15.000 € para ecovias e circuitos pedonais. Muito pouco tendo em conta o que se espera do espaço público hoje em dia e de um município com tanta tradição nas duas rodas. O ano passado era de 10.000 € mas eu confesso que não vi nenhuma intervenção nesta rúbrica. As ciclovias do nosso concelho estão num péssimo estado de conservação;-----

---- - 15.000 € para implementação de soluções de eficiência energética: em plena crise energética investir somente esta verba cria dúvidas sobre que tipo de resultados se pode ter.-----

---- Como pontos negativos e desilusões salientamos:-----

---- - Habitação – tirando a ELA que como referi é um projecto social para famílias verdadeiramente pobres, este executivo MIAP fez muito pouco pela habitação e é a habitação que mais progresso pode trazer à nossa região. Recentemente aprovámos a carta educativa, documento que com a frieza dos números traça um retrato socio demográfico do concelho preocupante, pois Anadia está a envelhecer e a perder população a um ritmo muito superior à média nacional. Já são 2 anos de mandato perdidos e restam 2 para se poder fazer algo de consistente em termos de habitação. Há emprego em Anadia, há procura de habitação em anadia por parte da classe trabalhadora, mas não há casas suficientes;-----

---- - O Comércio local tem sido abandonado pelo MIAP: todo um ano a preparar com a ACIB medidas e planos para os 160.000 € que já vêm de 2021 e para 2022 nada e 2023 vemos que o caminho é o mesmo. Nem uma palavra no documento sobre o comércio local. Para memória, no documento de 2022 estava escrito e cito: “estão inscritas verbas para implementação de ações destinadas ao comércio local, no sentido de apoiar um setor de vital importância para o nosso Concelho”;-----

---- - Os orçamentos participativos deixaram de se fazer, o que é uma pena pois representavam uma oportunidade de aproximação aos reais anseios da população. Não têm que ser orçamentos com verbas grandes, podem ser mini orçamentos participativos (máximo 1000 €, ou 5000€), mas que respondam a necessidades que cada lugar, cada associação, cada cidadão tem;-----

---- - Feiras, Festas, Festivais e afins: o MIAP vai ficar para a história deste concelho como o executivo das feiras e festas. Em 4 eventos (FVV, Feira do Ambiente, Festival Anadia Jovem e festa de natal) o MIAP consegue “investir” (investir entre aspas) mais de 600.000 €. 600.000 € é praticamente o dobro do que se investe em Acção Social.

Num contexto de elevadíssimas dificuldades económicas e sociais não se comprehende e não se pode aceitar a continuação desta linha política de acção. Quando a Sra. Presidente acabou de perguntar aos vereadores da oposição onde cortavam para fazer outras coisas, a resposta é clara: é justamente aqui. Mas não se deixaria de fazer a FVV, a Feira do ambiente, etc, etc, mas certamente se fariam num modelo e numa forma muito mais comedida.-----

---- Há muitas coisas a fazer pelas pessoas, pelas Freguesias, por Anadia. Deixamos alguns exemplos:-----

---- - Faz falta uma caixa Multibanco em Ancas, Aguiim e Mogofores;-----

---- - S. L. Bairro é a única freguesia que não tem um pavilhão desportivo;-----

---- - Há diversas associações desportivas que têm instalações desportivas em muito mau estado, pese embora eu também concorde com a Sra. Presidente quando diz que as associações não podem dar um passo maior que a perna;-----

---- - A Escola de Vilarinho do Bairro necessita há anos de um passadiço escola-pavilhão. O CE de Arcos precisa de um telheiro;-----

---- - Continuam a faltar Ecopontos, contentores de lixo e a sua limpeza e reforço da periodicidade de recolha;---

---- - É necessário fazer a marcação horizontal rodoviária, em particular nas freguesias serranas;-----

---- - São necessárias mais bicicletas e em bom estado de conservação na rede de bicicletas B-AND;-----

---- - Na Educação pode-se melhorar os transportes: o transporte à hora de almoço só acontece em dois dias da semana. E o pavilhão dos Desportos faz falta ao agrupamento de escolas e faz falta aos clubes de Anadia.-----

---- O PS por dois anos consecutivos que alinhou e aprovou as políticas em matéria de receita fiscal propostas pelo MIAP, nomeadamente da fixação das taxas de IMI, derrama e participação no IRS, quando ainda há margem para reduzir mais a carga fiscal (por exemplo no IRS). Mas tal é no pressuposto de aplicar essas receitas de forma inteligente e equilibrada. Em prol das pessoas, das freguesias, de Anadia. Não é esse o caminho deste orçamento e, portanto, não é possível ter outra posição que não seja a de votar contra.”-----

---- Decorrida a intervenção do Senhor Vereador do PS, o Senhor Vereador do MIAP, Jorge Sampaio, transmitiu subscrever a declaração de voto apresentada pelo Senhor Vereador do MIAP, Lino Pintado.-----

---- Por fim, o Senhor Vereador do PSD, João Nogueira de Almeida, passou a apresentar a declaração de voto conjunta dos Vereadores do PSD, que se encontra apensa à minuta produzida, e a qual se passa a reproduzir:-----

---- “O projeto de orçamento para 2023, ora apresentado para aprovação pela Câmara Municipal em reunião extraordinária no presente dia 25 de novembro de 2022, corresponde ao programa e prioridades do Movimento Independente Anadia Primeiro (MIAP).-----

---- O PSD regista com aplauso o facto de a discussão e aprovação do orçamento decorrer numa reunião especialmente convocada para o efeito, facto que se justifica plenamente, em razão da importância da matéria.-----

---- Cumpre ao PSD registar também o facto de os documentos relativos ao orçamento terem sido apresentados em formato pesquisável, dando assim cumprimento ao dever de transparência.-----

---- Todavia, como é normal em democracia, o orçamento apresentado não dá resposta às prioridades elencadas no programa eleitoral que o PSD apresentou aos municípios em 2021 e que não encontrou acolhimento por parte da maioria dos votantes anadienses.-----

---- Consequentemente, não estando em causa a aprovação do orçamento e, assim, a governabilidade da Câmara

Municipal, o PSD vota contra a proposta de orçamento.”-----

---- Apresentadas as declarações de voto, a Senhora Presidente da Câmara Municipal aproveitou, a terminar o período de discussão do ponto único da reunião extraordinária do dia vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte e dois, para comentar uma afirmação proferida pelo Senhor Vereador do PS, André Henriques, quanto à obra do Monte Crasto, quando disse que o Monte Crasto iria consumir mais quinhentos mil euros. Assim, e para evitar qualquer interpretação menos correta, de que a obra iria custar mais quinhentos mil euros, esclareceu, sobre a matéria, que a empreitada tinha sido adjudicada por um determinado valor, e o que não fosse realizado no ano dois mil e vinte e dois transitaria para o ano seguinte. À semelhança, aliás, do que acontecia com a obra de Avelãs de Caminho, também objeto de referência na sua intervenção em resposta ao Senhor Vereador, e como o Centro de Saúde de Anadia. O que não significaria, sublinhou a terminar, que ao transitar para o ano seguinte implicaria um aumento do valor.-----

---- Em resposta, o Senhor Vereador do PS, André Henriques, esclareceu não pretender dar a ideia de que a obra iria derrapar em quinhentos mil euros, acrescentando que o orçamento era feito em uma lógica de caixa, pelo que os quinhentos mil euros que não tinham sido gastos em dois mil e vinte e dois, transitariam para dois mil e vinte e três, ficando a Senhora Presidente com menos quinhentos mil euros para fazer outras coisas.-----

---- PROPOSTA DE APROVAÇÃO, EM MINUTA, DA DELIBERAÇÃO REFERENTE AO PONTO ÚNICO CORRESPONDENTE AOS ASSUNTOS PARA RESOLUÇÃO:-----

---- Finalizados os assuntos da ordem do dia, a Senhora Presidente da Câmara Municipal propôs, nos termos n.º 3, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atualizada, a aprovação, em minuta, da deliberação referente ao ponto único correspondente aos assuntos para resolução.-----

---- Atenta a proposta apresentada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, o Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a sobredita deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atualizada.-----

---- DELIBERAÇÕES – FORMA DE VOTAÇÃO:-----

---- Todas as deliberações foram tomadas segundo a forma de votação nominal.-----

---- Nada mais havendo a tratar, e tendo sido considerados findos os trabalhos, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Maria Teresa Belém Correia Cardoso, declarou encerrada a reunião, quando eram onze horas e cinquenta e um minutos, e, de tudo para constar, se lavrou a presente Ata, que eu, Maria de Fátima Dourado Andrade dos Santos Azevedo, Chefe de Divisão de Desenvolvimento Organizacional, redigi, subscrevi e assino.---